

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Desde o cancelamento do anterior processo, em 2010, a Modernização da Linha de Cascais tem vindo a ser prevista em sucessivos documentos de planeamento de investimento em infraestruturas ferroviárias. Em 2014, no Relatório do GTIEVA e no PETI3+, com dotação de 160M€, e em 2016 no Ferrovias 2020 com dotação de 126M€ e previsão de conclusão da intervenção no quarto trimestre de 2021.

Segundo a IP o âmbito da intervenção inclui, «*Catenária e Energia de Tração, Sinalização, Via-Férrea, Telemática Ferroviária, Estações e Apeadeiros, Atravessamentos de Nível em Estação/Apeadeiro*».

Deste conjunto de especialidades, está em curso a Energia de Tração «*Construção de uma Subestação de Tração Elétrica (SST) em Sete Rios para a alimentação da Linha de Cascais*», em fase de projeto, e a Sinalização «*Instalação de um novo sistema de sinalização*», em fase de obra.

Em 2022, a empreitada de Catenária e Via-férrea «*foi consignada, no dia 6 de dezembro, ... pelo valor de 31.590.000,00 €, e contempla a migração do atual sistema de eletrificação de 1,5 kV em corrente contínua para 25 kV em corrente alternada, com a substituição integral da catenária existente entre as Estações de Cais do Sodré (inclusive) e Cascais (exclusive).*»

Com o prazo de execução de 730 dias, esta empreitada é a de maior dificuldade de execução e impacto no serviço de passageiros, estando a conclusão da obra prevista para o quarto trimestre de 2024.

Esta obra impacta diretamente sobre um serviço ferroviário de grande utilização, nevrálgico para a mobilidade na área metropolitana de Lisboa, e em particular, para os concelhos de Cascais, Oeiras e Lisboa.

Assim, face ao exposto, o Grupo Parlamentar do PCP questiona o seguinte:

1. Sendo cada vez mais frequentes as derrapagens dos prazos de concretização das obras, devido à absoluta destruição da capacidade de resposta pública para a fiscalização e construção, tendo essas derrapagens acontecido inclusive em obras entregues à empresa agora contratada, que medidas foram adotadas para garantir que essas derrapagens não aconteciam nesta obra?

2. Que impactos, e em que períodos, sobre o serviço público de passageiros estão previstos com a concretização desta empreitada?
3. Que medidas estão tomadas para garantir a existência de serviços alternativos à população?

Palácio de São Bento, 23 de março de 2023

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)

ALMA RIVERA(PCP)

DUARTE ALVES(PCP)